

**As esquinas perigosas da teoria
marxista das revoluções:
resposta à resenha crítica de Sérgio Lessa**

Valerio Arcary

Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

(Cefet/SP)

As esquinas perigosas da teoria marxista das revoluções: resposta à resenha crítica de Sérgio Lessa

Uma análise histórica das revoluções derrotadas remete à apreciação da relação de forças entre as classes, ou seja, à dimensão mais objetiva do processo. Não é, porém, preciso recorrer à história contrafactual, para compreender que no calor das crises revolucionárias não havia um desenlace predeterminado. Mudanças acontecem, portanto, porque são necessárias, mas não quando são necessárias. A história não tem pressa. Explicar essa lentidão da história seria impossível sem avaliar a imaturidade ou atraso dos fatores subjetivos, ou seja, as dificuldades da representação política do proletariado.

Palavras-chave: Teoria da revolução, Marxismo, Stalinismo.

The dangerous corners in the Marxist theory of revolutions: an answer to Sergio Lessa's critical review

A historical analysis of the defeated revolutions leads to an evaluation of the balance of power between the classes, in other words, to the most objective dimension of the process. However, it is not necessary to appeal to counter-factual history to understand that in the process of revolutionary crises there was no pre-determined outcome. Changes happen, therefore, because they are necessary, but not when they are necessary. History is not in a hurry. To explain this slowness of history would be impossible without calculating the level of immaturity or delay of the subjective factors, i.e., of the difficulties of the political representation of the proletariat.

Keywords: Theory of Revolution, Marxism, Stalinism.

Sérgio Lessa elaborou uma valiosa resenha crítica de *As esquinas perigosas da história, situações revolucionárias em perspectiva marxista* (Xamã, 2003) que foi publicada na *Outubro* nº13. Estudioso sério e militante engajado na luta socialista há muitos anos, educado em uma tradição marxista diversa da trotskista – os herdeiros da leitura lukacsiana, intelectualmente mais diversificados e politicamente menos orgânicos –, mas, igualmente, fértil, Lessa iniciou seu texto polêmico com um alerta metodológico sensato:

A evolução do marxismo tornou muito difícil o debate entre tradições revolucionárias distintas. Não apenas porque as opções políticas na maior parte das vezes contribuíram para que as dificuldades teóricas se tornassem ainda maiores, mas fundamentalmente porque os pressupostos foram se tornando tão distintos que até o mero entendimento das posições se tornou problemático. (LESSA, 2006, p. 147.)

O debate teórico público entre os marxistas revolucionários merece ser valorizado, entre outras razões, porque sofremos no Brasil, nas condições de refluxo das lutas sindicais urbanas da segunda metade dos anos 1990, um processo de dispersão da esquerda de inspiração marxista. Aconteceu em uma escala espantosa uma adaptação às pressões do regime democrático-liberal que garantiu a alternância eleitoral nos últimos 23 anos. Em um país com as características do Brasil, no qual a luta política na esquerda sempre foi grande mas a polêmica teórica tem sido raquítica, é sempre bom lembrar que nada é mais prático que uma boa teoria: economiza uma montanha de possíveis erros. “Reinventar a roda”, ou seja, diminuir o lugar

da investigação e controvérsia teórica, partindo da premissa que o programa socialista herdado das gerações anteriores seria suficiente ou, na versão simétrica, superado, corresponderia ao elogio do empirismo.

Discutir teoria não é uma perda de tempo, mas uma economia de tempo. Começemos a réplica apresentando o argumento mais crítico de Lessa:

O pressuposto de que vivemos uma “época revolucionária” na qual a “tendência é que desapareçam situações não-revolucionárias” e na qual, portanto, as “situações não-revolucionárias” ainda existentes são “instáveis” e presentes apenas “na maioria dos países imperialistas”, cobra de Arcary um elevado preço. Pois o obriga a elevar toda crise política mais significativa à categoria de revolução. (LESSA, 2006, p. 148.)

Bom, aqui é possível que estejamos diante de um daqueles mal-entendidos explicáveis pela dispersão do marxismo que Lessa com razão nos alertou. A caracterização de época revolucionária é um conceito elaborado para descrever um longo período histórico de decadência do capitalismo, e tem como prognóstico central a perspectiva de que revoluções são possíveis. A sua utilização para descrever a época aberta pela Primeira Guerra Mundial não foi de Trotsky, mas de Lenin, que recuperou a fórmula de Marx.

O sentido desta caracterização foi ressaltar que, a partir da Primeira Guerra Mundial, se abriu uma longa fase de declínio do capitalismo, um intervalo de época histórica, portanto, um longo período secular, no qual o crescimento das forças produtivas passaria a estar, tendencialmente, bloqueado, potencializando as forças destrutivas. A caracterização de época revolucionária que assumimos não depende da avaliação da relação de forças entre as classes. Esse critério deve ser considerado para julgar quando uma *situação* nacional ou internacional é contrarrevolucionária ou re-

volucionária – ou as inúmeras situações intermediárias entre estes extremos, isto é, aquelas que evoluem de reacionárias para pré-revolucionárias ou, inversamente, regridem – ou seja, uma temporalidade política, determinada pela relação de forças. As variáveis que devem ser consideradas para uma apreciação de época, a mais longa duração, são históricas, ou seja, mais econômico-sociais do que políticas, e remetem a uma avaliação da dinâmica do capitalismo. Ao longo de sua história, o sistema nunca foi imune à pressão por mudanças, mas as transformações podem assumir, predominantemente, a forma de reformas negociadas ou de rupturas. Quando viveu sua época de apogeu, a margem para negociações de reformas foi mais flexível. Se avaliarmos que não há decadência, no sentido histórico, a consequência é que revoluções são improváveis, porque a dinâmica ascendente do sistema permite transformações pela via das reformas que fortalecem o capitalismo.

Dizer que a época da revolução social estava aberta, uma caracterização comum a todo o marxismo da III Internacional, não significava o mesmo que dizer que a situação internacional seria revolucionária. A Comintern julgou, por exemplo, que depois da derrota de 1923, na Alemanha, a situação revolucionária na Europa tinha se encerrado – hipótese considerada desde 1921 – com uma inversão desfavorável da relação de forças, porém, não concluiu que o sentido da época tivesse sido revertido.

Lessa está de acordo em que o capitalismo não superou a crise crônica posterior aos anos 1970, quando se esgotou o crescimento do pós-guerra apoiado na intervenção regulatória do Estado. A questão é, portanto, se podemos conciliar a ideia de que o capitalismo teria mergulhado em uma crise crônica, mas a época, no sentido histórico, seria contrarrevolucionária. A sobreposição de uma situação reacionária – como na América Latina, entre meados dos anos 1960 e o fim da década de 1970 – dentro de uma época revolucionária é possível, muito transitoriamente, mas nos parece que o inverso não.

Se a situação mundial aberta após 1989/1991 foi uma situação reacionária, pelo menos até 1995 – como foi também reacionária a situação mundial nos anos 1930, diante das vitórias sucessivas do nazi-fascismo – isso não invalida que a época aberta pelas guerras mundiais e pelo triunfo da revolução de Outubro, em 1917, permaneceu aberta. O confronto entre revolução e contrarrevolução assumiu proporções titânicas, em especial nas circunstâncias dramáticas da Segunda Guerra Mundial. Mas nem quando o nazismo parecia uma força imperialista imbatível ocorreu uma derrota histórica tão séria que tivesse invertido o sentido da época. Poderia, talvez, tê-lo conseguido, mas o imperialismo alemão foi derrotado.

Em nossa avaliação, nem a contraofensiva neoliberal liderada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher contra as conquistas da classe trabalhadora (previdência social, seguro desemprego, educação universal, etc.) do pós-guerra, nem o processo de recolonização das semicolônias na América Latina, Ásia e África inverteram o sentido da época. Nem mesmo a restauração capitalista na China e ex-União Soviética, a mais dramática das derrotas históricas e com consequências incontornáveis, foi suficiente. O capitalismo não tem assegurado uma nova fase de décadas de dominação estável como se viu confirmado nos últimos anos.

Foram necessárias revoluções até para a mudança de regimes políticos

O livro destaca que a maioria dos regimes tirânicos dos últimos cem anos em todos os continentes foi derrotada por revoluções políticas. Revoluções políticas não são iguais a revoluções sociais, mas não deveriam ser reduzidas à categoria de crises políticas graves. A força de inércia das ditaduras que resistiram durante décadas, merece ser examinada como uma das características da abertura de uma época revolucionária, nas palavras de Lenin uma

época de revoluções e guerras. Que a defesa do capitalismo, depois do Outubro russo, tenha exigido que a burguesia recorresse a regimes ditatoriais abomináveis, capazes de usar a repressão mais brutal e bárbara, ou até aos métodos da guerra civil, porque se sentia ameaçada pelo perigo de novas revoluções, em inúmeros países e em todos os continentes, não pode deixar de ser considerado quando avaliamos a natureza da época histórica.

Mas, a investigação do período histórico que nos interessa, a época posterior ao triunfo da primeira revolução socialista em 1917, revelou outra característica perturbadora: a necessidade de revoluções políticas até mesmo para a mudança de regimes políticos de dominação. Ou seja, o extremo reacionarismo das classes proprietárias na época em que o sistema já superou a sua fase histórica de gênese e apogeu, e iniciou sua decadência. As transições controladas de regimes ditatoriais para regimes democráticos foram ficando muito mais difíceis, seja pela gravidade das crises, seja pela entrada em cena de sujeitos sociais populares urbanos, em especial, a mobilização do proletariado. Há um novo padrão histórico nos processos de mudança de regime: o recurso aos métodos da revolução foi se tornando indispensável para derrubar governos tirânicos.

A transição de regimes ditatoriais para regimes democrático-liberais sem uma ruptura política provocada pela irrupção das massas em mobilizações gigantescas, como a experiência pós-franquista do Pacto de La Moncloa¹ na Espanha, no final dos anos

1 O Pacto de la Moncloa foi assinado em 25 de outubro de 1977, dois anos depois da morte de Francisco Franco, em uma situação de grave crise econômica e social que ameaçava transbordar em crise política de dominação, depois de quarenta anos de ditadura. Garantiu a adesão do Partido Socialista Operário Espanhol de Felipe González e do Partido Comunista Espanhol de Santiago Carrillo à transição controlada do regime ditatorial que agonizava, preservando a monarquia dos Bourbon e deixando intacto o aparelho repressivo das forças armadas. A classe trabalhadora vivia o ascenso mais importante desde o fim da guerra civil de 1936-1939: entre janeiro de 1976 e as eleições de 15 de junho de 1977, mais de 7 milhões de trabalhadores realizaram greves, ou seja, um total de 88% dos assalariados da época, com um alto nível de

1970, ou no Chile do general Augusto Pinochet,² nos anos 1990, continuou acontecendo, porém, foi excepcional. Quase sempre as transições pelo alto foram uma consequência de processos de ruptura que comoveram nações vizinhas e ameaçavam contágio – a revolução portuguesa de 1974/1975, no caso espanhol, e as situações no Peru e Argentina, ao final dos anos 1980, no caso chileno –, ou seja, uma adaptação preventiva ao perigo de uma situação revolucionária iminente. Da ditadura do czar em 1917 até ao regime Baby Doc Duvalier no Haiti, passando pelas ditaduras militares no Brasil e na Argentina nos anos 1980, ou as Filipinas de Ferdinand Marcos em 1986³ ou a Indonésia de Suharto em 1998,⁴ foram incontáveis os processos de mobilização de massas que derrubaram ditaduras com milhões de pessoas nas ruas.

Na época histórica anterior à revolução de Outubro, o padrão foi outro: as passagens de regime político eram gradualistas e assumiam, predominantemente, a forma de transições por cima, a chamada via prussiana na Alemanha, estudada por Lenin, ou a revolução passiva na Itália, observada por Gramsci. É importan-

combatividade. Para sufocar a onda de lutas que ameaçavam o regime democrático pós-Franco, que ainda não havia consolidado, o governo de Adolfo Suárez propôs um Pacto Social com os partidos representantes dos trabalhadores.

2 Augusto Pinochet foi o general do exército chileno que encabeçou, em 1973, a quarteleda contra o governo da Frente Popular liderado por Salvador Allende. Governou o Chile entre 1973 e 1990, à frente de uma das ditaduras mais ferozes do século XX. Foi, posteriormente senador vitalício de seu país. Este cargo foi criado, exclusivamente, para ele, assegurando sua imunidade política.

3 Ferdinand Marcos e a esposa Imelda “reinaram” nas Filipinas por mais de 20 anos, de 1964 a 1986, impondo, em um dos países camponeses mais densamente povoados do mundo, uma ditadura corrupta com a plena cumplicidade dos Estados Unidos, até serem derrubados por um povo enraivecido pela pobreza que contrastava com a vida milionária do casal.

4 Em 30 de setembro de 1965, Suharto orquestrou um golpe, apoiado pela CIA, que foi seguido do massacre de centenas de milhares de comunistas. A burguesia da Indonésia recorreu ao genocídio para preservar o seu domínio político. Suharto permaneceu três longas décadas no poder, e só caiu depois de incontáveis mobilizações de massas.

te para a interpretação histórica destacar que as mais diferentes burguesias nacionais tiveram dificuldades crescentes em articular transições seguras e controladas pelo interior das instituições do regime anterior – conseguiram em Madri, depois de ter fracassado em Lisboa – como procuraram fazer no Brasil e fracassaram – por isso foi necessário a mobilização das Diretas em 1984 – ou, em outras palavras, que tenham sido necessárias revoluções similares àquela que teve lugar na Rússia no mês de fevereiro de 1917.

É, porém, certa a observação de Lessa que uma das teses centrais do livro é a afirmação que as revoluções sociais anticapitalistas foram se tornando mais difíceis. Estamos de acordo nesta caracterização, mas chegamos a esta conclusão comum por caminhos diferentes. Lessa afirma que isso se explica porque o período histórico é contrarrevolucionário. Para nós, revoluções sociais se tornaram mais difíceis porque a etapa dos substitucionismos sociais e políticos parece estar encerrada. Não devem mais se repetir processos como os do segundo pós-guerra: revoluções democrático-nacionais, protagonizadas por massas camponesas e populares e dirigidas por direções nacionalistas pequeno-burguesas radicalizadas na forma de exércitos de guerrilha. É verdade que as revoluções são surpresas históricas, mas não deveriam ser para os marxistas que se preparam uma vida inteira para ajudá-las a chegar à vitória. A vitória de novos Outubros dependerá do protagonismo do proletariado, como nas revoluções russa, alemã e espanhola, e da recomposição do marxismo revolucionário.

Depois do Vietnã, em 1975, nenhuma outra revolução foi além da propriedade privada. Por que os sandinistas não fizeram uma nova Cuba? Porque a direção sandinista era politicamente mais nacionalista do que anticapitalista e socialmente não proletária. Mas, também, porque Brejnev não estava disposto a posicionar-se em defesa da Nicarágua, como Krushev tinha defendido Cuba – aliás, Fidel Castro e o Partido Comunista cubano, em 1979, não estavam dispostos, também, a apoiar a transformação da Nica-

rágua em um polo de expansão da revolução para El Salvador e Guatemala. Quando os sandinistas chegaram ao poder em Manágua, Deng Xiao Ping encabeçava uma fração do PC da China que iniciava a restauração capitalista e valorizava, acima de tudo, a coexistência pacífica com os Estados Unidos e Japão que garantiria a atração dos capitais da diáspora burguesa chinesa de Hong Kong e Cingapura. Em 1979, a crise econômica da economia estatizada da União Soviética era indissimulável, ou seja, não era mais um polo de atração e sustentação.

Por que o presidente venezuelano Hugo Chávez não se arrisca a romper com o capitalismo, como a direção cubana em 1961? Primeiro, porque Chávez, socialmente, não se apoia nas mesmas forças sociais que Fidel Castro e seu Movimento 26 de Julho se apoiavam. O exército de Fulgencio Batista foi destruído pela revolução cubana, e as forças armadas venezuelanas permaneceram, essencialmente, intactas em Caracas. Segundo, porque seu projeto de regulação estatal de um capitalismo periférico – um regime bonapartista *sui generis* – como a Argélia de Houari Boumédiène nos anos 1970, em uma etapa em que a União Soviética deixou de existir como ponto de apoio não parece poder prescindir de associação, em algum grau, com frações dos grupos monopolistas que atuam na Venezuela, e de colaboração com os diferentes imperialismos, mesmo se há tensões com o governo dos Estados Unidos. No entanto, se revoluções sociais anticapitalistas foram se tornando mais difíceis, devemos acrescentar que a dominação imperialista foi, também, se tornando mais difícil, como se pode perceber pela análise da situação no Oriente Médio, na Ásia central e na América Latina.

Por que faltaram direções revolucionárias?

Lessa sugere que as revoluções políticas democráticas não merecem ser consideradas como revoluções e esgrima como de-

monstração a fragilidade das organizações revolucionárias. A ideia é que, se tivessem acontecido tantas situações revolucionárias, seria razoável esperar que nelas tivessem se forjado partidos capazes de liderá-las até à vitória. É verdade que não aconteceram outras revoluções como aquela que teve lugar no mês de outubro na Rússia e essa é uma das razões históricas para a fragilidade da corrente marxista revolucionária. No entanto, nem todos os ativistas e líderes populares que estiveram à frente de revoluções foram marxistas. Isso não é suficiente para concluir que não ocorreram revoluções. Examinemos o argumento mais amargo de Lessa:

As revoluções não foram vitoriosas porque faltaram partidos revolucionários. E eles não compareceram na história porque faltaram direções revolucionárias. Por que faltaram direções revolucionárias em um período de crises revolucionárias cada vez mais frequentes? Não conseguimos encontrar, nas formulações de Arcary (...) uma resposta que fosse além da constatação da ausência de direções, de partidos e, portanto, do fator subjetivo. (LESSA, 2006, p. 152.)

Esta transcrição resume uma crítica do que ele considera exagerado na avaliação do que, na tradição inspirada pelo pensamento de Leon Trotsky, é conhecido como a crise de direção do proletariado. Admitamos que o tema é, frequentemente, simplificado e, portanto, muito mal compreendido. Não é inusitado que seja interpretado como uma versão conspirativa da história em que o lugar da traição política subverte todos os outros fatores. Mas, o contra-argumento de que as lideranças mantiveram influência majoritária porque suas posições – e até ações – correspondiam, grosso modo, à vontade dos representados não é satisfatório. As massas podem agir contra os seus interesses, mas não indefinidamente. As direções burocráticas podem agir contra os interesses de suas bases sociais proletárias e, ainda assim, manter por algum tempo sua influência, porque as ilusões nos dirigentes são grandes

e é necessária toda uma experiência, muitas vezes até décadas, para que a massa dos trabalhadores perceba que foi traída.⁵

A crise de direção tem duas dimensões que podem estar desenvolvidas em proporções distintas em cada processo histórico-concreto: a imaturidade objetiva e a fragilidade subjetiva do proletariado como sujeito social independente na luta anti-capitalista. Diferentes tendências historiográficas já exaltaram o papel dos grandes chefes políticos, cultuados até como heróis e, simetricamente, já argumentaram que a qualidade maior ou menor das lideranças seria irrelevante nos curso dos acontecimentos, anulada por outros fatores mais significativos. A variável mais subjetiva entre tantas outras causalidades históricas não parece, contudo, ter tido a mesma importância em todas as épocas e em todos os processos.

O lugar da direção variou muito, segundo as circunstâncias, da relativa obscuridade à máxima exposição. Em épocas de estabilidade social e prosperidade econômica, em que a vida política tinha poucos sobressaltos e seguia uma rotina previsível, o papel dos líderes foi um fator acessório; mas em situações extraordinárias, quando as sociedades mergulharam na vertigem de crises revolucionárias, ocupou um lugar de importância crucial. Anulados todos os outros elementos, a superioridade dos líderes faz a diferença. São os generais que vencem as batalhas, embora sejam os soldados que as lutem.

5 Alguns desprezam esta diferenciação entre classe social e sujeitos políticos. Rejeitam a ideia da traição. Consideram-na intrinsecamente imprópria ao método científico da história, argumentando que as intenções humanas seriam inescrutáveis. As intenções dos líderes podem ser impossíveis de esclarecer, mas os atos não. Influir na representação das classes exploradas foi sempre decisivo para a preservação dos interesses da ordem em todos os tempos. Alimentar a desconfiança, dividir a direção da classe inimiga, atrair os líderes moderados, isolar os radicais e promover a intriga são o abecedário da luta política. Eliminar da história o lugar da traição é um procedimento politicamente ingênuo e teoricamente superficial. A luta de classes é um combate tão sério que os historiadores não podem ignorar que todas as armas foram e continuarão sendo usadas para colocar o inimigo em posição de inferioridade.

Apresentemos o problema: o fenômeno se manifesta quando a representação do proletariado é feita por partidos e líderes que defendem os interesses de outras classes, como foi o papel da social-democracia e do stalinismo nos países centrais e dos nacionalismos pequeno-burgueses ou burgueses nos países periféricos. O peso do petismo no Brasil e do chavismo na Venezuela são exemplos de como direções não-proletárias, com programas de regulação social do capitalismo, podem conquistar e manter influência majoritária em função de uma experiência política incompleta do proletariado.

Outra maneira de descrever a crise de direção do proletariado é assinalar a ausência de influência majoritária, ou sequer minoritária das organizações revolucionárias marxistas nas situações revolucionárias mais recentes (em situações reacionárias, é muito fácil compreender o menor eco do programa revolucionário).⁶ Na hora dramática em que a classe trabalhadora foi chamada a medir forças em luta franca e aberta com a burguesia, ou seja, quando a crise revolucionária se precipita, é demasiado tarde para improvisar a direção. Primeiro, é importante lembrar que a ausência ou extrema debilidade de organizações revolucionárias não é um fenômeno histórico novo. Os bolcheviques russos ficaram condenados, também, à solidão política quando da crise da Segunda Internacional. Apesar da crise na Europa central ao final da Primeira Guerra Mundial, a maioria dos partidos operários de massas na Áustria e na Alemanha, foi hostil à perspectiva da revolução e suas

6 Lessa insiste no tema com uma observação lúcida: “O que exclui a possibilidade de que um partido revolucionário esteja já pronto para a revolução antes de a mesma vir a ocorrer” (2007, p. 171). A tese que afirma que um partido revolucionário só se constrói em uma situação revolucionária é parcial e perigosa. A experiência histórica confirmou que um partido revolucionário chega à influência majoritária de massas somente em uma crise revolucionária. Mas, um partido para a revolução não se improvisa. A influência majoritária é a culminação de um processo histórico que tem inúmeras fases intermediárias: círculo de propaganda, partido de vanguarda minoritário na própria vanguarda, partido de vanguarda com influência minoritária entre as massas.

alas esquerdas permaneceram minoritárias. Segundo, esta ausência só pode ser explicada no contexto da derrota política-histórica do internacionalismo no último meio-século.

A tradição programática internacionalista do marxismo, severamente fragilizada pela degeneração da socialdemocracia no início do século XX, foi quase perdida nos anos 1930. O fio de continuidade histórica foi quase aniquilado pelo stalinismo. A derrota da revolução no Mediterrâneo no imediato pós-guerra, a longevidade do stalinismo com a derrota da revolução húngara em 1956 e da Tchecoslováquia em 1968, a reconstrução capitalista durante o *boom* dos anos 1950 e 1960, e o deslocamento do eixo da revolução mundial no pós-guerra para os países periféricos de maioria agrário-camponesa, entre outros fatores mais subjetivos, dificultaram a reconstrução de organizações marxistas-revolucionárias, que permaneceram marginais.⁷

7 A marginalidade das organizações marxistas internacionalistas, em particular da Quarta Internacional, só pode ser plenamente explicada quando consideramos, também, as suas próprias limitações. Prisioneiros na marginalidade dos grandes fluxos de opinião do movimento socialista, e submetidos às terríveis pressões dos grandes aparelhos social-democratas, nacionalistas e, sobretudo, do stalinismo, sofreram as sequelas de uma corrente que soube preservar sua independência, porém, não superou sua condição minoritária. Dividiram-se, dramaticamente, em várias tendências, cedendo às pressões políticas nacionais mais significativas em cada país. O nacional-trotskismo, ou seja, a ideologização da possibilidade de construção de uma organização revolucionária dentro de fronteiras nacionais – mesmo quando um “partido-mãe” estava associado a pequenos círculos que mimetizavam sua experiência – num mundo em que a contra-revolução foi se globalizando, foi, em maior ou menor medida, o destino trágico das organizações trotskistas mais fortes. Enquanto a maioria das tendências sofreu pressões oportunistas, outras enrijeceram de forma sectária. Descobriram-se na mais severa solidão revolucionária. Surgiram reflexos inflexíveis “instintivos” próprios de uma fraternidade de abnegados. Ao longo dos últimos quinze anos, depois da restauração capitalista na União Soviética, não permaneceram isentos às vicissitudes da imensa confusão ideológica e adaptação política que atingiu o conjunto da esquerda.

Vitórias que terminaram em uma derrota estratégica

Argumentar que o capitalismo não conseguiu inverter o sentido histórico da época não significa ignorar que aconteceram importantes derrotas da revolução mundial, em particular a restauração capitalista na ex-União Soviética, na sequência da restauração na China. A rigor, as cinco vagas da revolução mundial do século XX realizaram façanhas históricas impressionantes, mas a etapa política-histórica entre 1945 e 1989/1991 se encerrou com a chegada ao poder de Boris Ieltsin e uma derrota dramática.

Isto posto, é importante ressaltar que n'*As esquinas perigosas da história* não foi afirmado, *tout court*, que as revoluções do século XX foram derrotadas. Deve ser um mal entendido porque, na verdade, o livro ressalta que muitas revoluções políticas, ou Fevereiro, por analogia com as revoluções russas de 1917, foram vitoriosas e oferece uma hipótese de explicação. Revoluções políticas triunfaram com maior frequência que revoluções sociais porque se colocaram tarefas mais simples – não é o mesmo derrotar um governo tirânico que derrubar a burguesia e iniciar a expropriação dos monopólios – e enfrentam, portanto, um inimigo mais frágil. Mas, por outro lado, as revoluções políticas foram revoluções sociais abortadas.

As tarefas de uma revolução democrática contra uma ditadura ou contra a dominação imperialista de uma nação colonial – derrubar a tirania ou expulsar o Estado invasor – permitem que um bloco social mais amplo seja articulado em unidade de ação, inclusive com dissidências das classes dominantes, sem que a independência política do proletariado tenha alcançado um grau de auto-organização elevado. Em outras palavras, as qualidades da organização e da direção da classe operária em revoluções democráticas demonstraram-se muito inferiores às necessárias em revoluções sociais.

A teoria-programa da revolução permanente identificou este processo da simultaneidade da revolução democrática e da revolução social, como processo que se articula pela dupla máxima pressão (a) da crise que mergulha a nação em decadência, e (b) pela entrada em cena do proletariado como sujeito social, tenderia a radicalizar os Fevereiroiros em Outubro. A tendência a uma passagem ininterrupta da revolução democrática à revolução socialista se manifestou em todos os processos em que aconteceu um forte protagonismo proletário já no Fevereiro. O paradoxo, no entanto, é que os Fevereiroiros se tornaram recorrentes e, depois da Revolução Russa, as revoluções anticapitalistas vitoriosas não foram proletárias (Iugoslávia, Albânia, Cuba, Vietnã). Os Fevereiroiros passaram a ser recorrentes porque as revoluções políticas democráticas nos países periféricas são uma vitória incompleta, que deixa a crise latente, adiando para um futuro próximo, potencialmente, uma nova crise nacional.

O intervalo entre os Fevereiroiros e os Outubroiros ficou mais longo

N'As *esquinas perigosas da história* procurou-se compreender porque o intervalo entre os Fevereiroiros e os Outubroiros foi ficando mais longo. As vitórias dos Fevereiroiros e as derrotas dos Outubroiros remetem à consideração de fatores objetivos e subjetivos. A explicação histórica para este desenlace diferenciado é uma das questões centrais para uma teoria marxista das revoluções. Temos certeza que Lessa concordará que qualquer análise marxista não poderia deixar de equacionar em que medida as condições objetivas – grosso modo, a crise dos regimes – e as subjetivas – disposição de luta e grau de organização dos trabalhadores –, se reuniram em cada processo. Mas, ainda que a dimensão objetiva seja o marco inicial da análise das derrotas, não deve ser mais do que isso, sob

pena da investigação histórica se reduzir a uma justificação fatalista do que aconteceu. Era impossível derrotar na Alemanha Adolf Hitler, em 1933; derrotar Francisco Franco, na Espanha, em 1937; derrotar, em Portugal, o Bloco Eanes/Grupo dos Nove/Soares em novembro de 1975? O álibi da relação de forças desfavorável foi o mantra repetido à exaustão por todos os aparelhos contrarrevolucionários, porque transfere para as massas, exclusivamente, a responsabilidade pelas derrotas.

Por que foi tão complicado para os trabalhadores se libertarem da influência da classe dominante sobre suas próprias organizações? Este atraso resulta da dificuldade que as classes exploradas têm de encarar o desafio de subverter a ordem, porque temem as represálias. É a insegurança em suas próprias forças que, acima de tudo, alimenta o conservadorismo popular, embora o vocabulário em que ele se expressa seja a assimilação de elementos da visão do mundo dos exploradores. Mas, estes medos são agigantados porque, em condições estáveis de dominação, a burguesia exerce controle direto ou indireto sobre as organizações que o proletariado construiu para se defender. Só em condições excepcionais as tendências revolucionárias alcançam uma audiência que permite a recuperação dos sindicatos, comissões de fábrica e movimentos populares das mãos das tendências burocrático-reformistas, em uma luta terrível para garantir a independência de classe.

A história de todas as revoluções foi a história do processo de construção da confiança das massas em si mesmas, ou seja, nas suas lutas coletivas. Como e por que amadureceram em proporções diferentes ou evoluíram em ritmos desiguais as condições objetivas e as subjetivas é o conteúdo da explicação do desenlace de seus combates. Lessa percebeu que esta questão é uma das preocupações centrais do livro:

Se as condições históricas estão dadas, se as revoluções acontecem com cada vez maior frequência, se as situações não-revolucionárias se

tornam cada vez mais raras, curtas e instáveis, por que as revoluções nunca foram vitoriosas? (LESSA, 2006, p. 149-150)

Indo direto ao ponto: as derrotas mais trágicas como, por exemplo, a alemã em 1933, a espanhola em 1937/1939, a chilena em 1973, ou a portuguesa em 1975, remetem de forma incontornável ao balanço do papel do stalinismo, que não queria rupturas anti-capitalistas. Mas, existiram outros processos revolucionários, como na Argélia em 1962/1964, ou na Bolívia em 1985, em que a revolução democrática não se radicalizou tão rapidamente em revolução socialista.

Uma das hipóteses é que deveríamos considerar que existiram dois tipos de situações revolucionárias. Em todas as situações revolucionárias, pré-Fevereiro ou pré-Outubros, esteve colocada a possibilidade de derrubar o governo pela ação direta das massas. Mas, somente em algumas delas esteve aberta a possibilidade da ruptura com a propriedade privada, ou seja, o deslocamento do Estado capitalista, junto com a queda do governo de turno, ou seja, a tomada do poder. Nessa diferenciação entre situações revolucionárias de tipo Fevereiro e de tipo Outubro, haveria que valorizar a importância da existência de correntes revolucionárias marxistas. O atraso na sua construção é umas das razões históricas dos Fevereiros recorrentes. Ou seja, em outras palavras, não foram as revoluções que perderam o encontro com a história, foram os revolucionários que perderam o encontro com a revolução.

Como explicar a longevidade do capitalismo em uma época revolucionária?

Entretanto, o que demarcou as diferenças entre umas e outras, não foi a ausência da disposição de luta do proletariado e de seus aliados sociais, como as massas camponesas nos países agrários, ou as massas populares semi-proletárias nos países urbanizados. Sem

disposição revolucionária de luta dos sujeitos sociais explorados e oprimidos não há situação revolucionária alguma. Sem mobilizações colossais que podem assumir as formas de lutas mais variadas – da greve geral por tempo indeterminado que provoca o curto-circuito da nação, às mobilizações de rua semi-insurrecionais – não há Fevereiro. Foi assim na Argentina em 2001, na Venezuela em 2002, na Bolívia em 2003 e de novo em 2005.

O que distingue Fevereiro de Outubro é o nível da auto-organização política independente das massas em luta, e dentro delas o papel da classe operária, o que expressa o grau de consciência de classe alcançado. As formas e a força da organização independente – por exemplo, a frente única que pode se organizar em Conselhos ou sindicatos nas sociedades mais urbanizadas – tendem a expressar a percepção que os sujeitos sociais possuem dos seus interesses de classe, e alcançam a dimensão de um duplo poder, quando se abre a crise revolucionária. A impossibilidade do governo de governar, todavia, já é uma expressão, ainda que limitada, da dualidade de poderes. As massas podem impor o desgoverno, antes de terem construído organismos que expressem, institucionalmente, a dualidade de poderes. Nos Fevereiros não houve sempre organismos de poder dual. A organicidade do poder popular corresponde a uma situação revolucionária de Outubro.

Este processo de construção da consciência de classe – a solução da crise de direção – deve ser considerado como consciência proporcional às tarefas colocadas, e se desenvolve como uma luta feroz pela direção das organizações de frente única que os trabalhadores e a juventude reconhecem como suas. É uma luta de ideias que exige que haja revolucionários decididos a derrotar as tendências socialmente burocráticas e, politicamente, reacionárias, que atuam entre as massas com apoio direto ou indireto da burguesia.

Mas, então, por que é tão difícil formar esses quadros revolucionários, argumenta Lessa? Ele nos adianta elementos para a resposta: o peso das condições objetivas desfavoráveis que obstruem

a formação de uma vanguarda. Sim e não, tudo é uma questão de proporções. Quais são esses elementos objetivos? Um crescimento econômico sustentável do capitalismo? Distribuição de renda? Diminuição da desigualdade? Diminuição do papel destrutivo dos monopólios? Superação do perigo da crise ambiental? As guerras de recolonização deixaram de existir? O capitalismo parece ter fôlego histórico? O reformismo foi bem sucedido? Tudo isso é irrelevante, se comparado com a ferocidade da repressão burguesa e, sobretudo, com o efeito desmoralizador da social-democracia e do stalinismo. Nada foi mais destrutivo para o engajamento dos ativistas do que a combinação sinistra da perseguição dos patrões e do Estado, com a divisão, confusão e, finalmente, desconfiança generalizada feita pelos aparelhos das tendências reformistas que atuam no movimento operário. Esta dimensão da luta para libertar o movimento operário da influência da burguesia é que chamamos de peso das condições subjetivas.

Por outro lado, não parece especialmente desconcertante concluir que a contrarrevolução burguesa aprendeu muito com a experiência de confronto com a revolução nas primeiras três vagas do século XX: a coexistência pacífica com os governos de Moscou, Belgrado, Pequim e a colaboração com os partidos comunistas nos países do Mediterrâneo foram chaves para preservar a ordem mundial entre 1945 e 1989/1991. Este processo se apoiava em uma experiência histórica anterior: a democracia nos países imperialistas só se consolidou – aceitando a legalização dos partidos operários como principais partidos de oposição eleitoral e universalizando o direito de voto – na virada do século XIX para o século XX, depois que os modernos imperialismos se asseguraram que a social-democracia na Alemanha, na França e na Inglaterra tinha abandonado a perspectiva da revolução.

O fenômeno das burocracias sindicais e políticas que nasceram como representações do movimento operário, em especial, a social-democracia e o stalinismo, é uma das chaves para uma compreensão

da longevidade da ordem imperialista. Superar a estratégia alemã, ou seja, os limites do eleitoralismo e do sindicalismo, é um desafio necessário que Lessa tem razão em destacar. Mas ser contra o reformismo, não é o mesmo que ser contra um programa que una as lutas por reformas à luta anticapitalista. Não se encontrará atalhos para conquistar a influência de massas por fora da experiência política prática das massas populares com suas velhas direções. Essa experiência é indispensável e intransponível para derrotar os aparelhos burocráticos.

Explicações objetivistas e subjetivistas para as derrotas

Mas esta aproximação ao tema permanece ainda superficial, portanto, insatisfatória. Eis-nos diante da questão central: como e, sobretudo, por que a contrarrevolução burguesa demonstrou-se mais forte? Dois campos de investigação se bifurcam na interpretação das derrotas: as mais objetivistas, que consideram as revoluções sociais derrotadas processos prematuros, ou seja, combates “fora da história”, e as mais subjetivistas, que consideram que, anulados os outros fatores, a qualidade comparativa das direções dos dois blocos sociais em confronto, revolução e contra-revolução, faz a diferença.⁸

8 Lessa reivindica a força das explicações objetivistas, e sugere que o livro, ao abraçar as teses subjetivistas, estaria flertando, perigosamente, com as premissas do idealismo de inspiração gramsciana em voga. Existiu, talvez, um elemento metodológico comum aos trotskistas, ao gramscianos e, de resto, ao marxismo da Internacional Comunista: foi destacar a centralidade da luta política pela direção das organizações dos trabalhadores e a crítica ao oportunismo e ao propagandismo. Resumindo e, como em todo resumo, sendo esquemático, nossa diferença estratégica com a apropriação das obras de Gramsci feita pelo Partido Comunista Italiano stalinizado e, depois, eurocomunista, e pelo petismo dos anos 1980 é que abandonaram a perspectiva insurrecional e abraçaram um projeto de colaboração de classes com a burguesia, encobrendo sua adaptação às pressões do regime democrático – sua alegre ocupação de cargos parlamentares e administrativos – com a autoridade política e moral de Gramsci.

O primeiro campo atribui a derrota das revoluções anticapitalistas à força objetiva do capitalismo, isto é, à capacidade do imperialismo e das burguesias nacionais de atrair as classes médias e desmoralizar os trabalhadores, porque ainda seria capaz de desenvolver as forças produtivas e oferecer uma saída para a crise nos limites do capitalismo. O segundo campo de investigação procura uma explicação para as derrotas, essencialmente, nas fragilidades subjetivas da representação do proletariado, ou seja, na sua crise de direção.

O primeiro remete a explicação das derrotas à situação do capitalismo: a burguesia e seus aliados representariam um projeto capitalista ainda suficientemente atrativo com suas promessas econômico-sociais, para articular um bloco com as classes intermediárias não proletárias, superior à capacidade da revolução de galvanizar apoio na maioria do povo, ou seja, em resumo, a insuficiência de uma crise terminal do capitalismo. Por objetividade, podemos nos referir à situação econômica, ao desabastecimento, à crise inflacionária, à guerra.

Mas, a consideração do que seriam as condições objetivas de uma situação revolucionária depende do repertório de experiências históricas da sociedade. O que foram condições objetivas suficientes para abrir uma situação revolucionária em algumas sociedades, foram insuficientes em outras. Muito antes de ter que sobreviver nas condições sub-humanas em que vive a maioria dos povos asiáticos ou africanos, o proletariado da Alemanha, da Inglaterra ou do Japão se levantará em ascenso revolucionário.

Não foram poucos aqueles que procuraram uma explicação para as derrotas no que imaginavam ser o vigor econômico do capitalismo, para serem defraudados pela crise cíclica posterior. Outra forma de apresentar o mesmo argumento é a estatista, esgrimida com frequência por aqueles que foram educados no campismo stalinista, que remete a uma avaliação da força do imperialismo no sistema internacional de Estados. Não existindo mais Estados

operários como retaguarda estratégica da luta pelo socialismo, o capitalismo teria assegurado sua dominação por um intervalo histórico indefinido, porém, muito longo.

Esta linha de análise pode se dividir ainda entre aqueles que consideram que o desenlace das derrotas se explicaria, fundamentalmente, em cada processo histórico concreto, pelas limitações do proletariado: imaturidade objetiva em países de industrialização tardia, ou ausência de uma disposição revolucionária da classe trabalhadora, seja pela fragilização provocada pelas reestruturações produtivas que geraram maior heterogeneidade social, seja pela integração do proletariado à sociedade burguesa e seus valores. O marxismo de Sérgio Lessa tem sido um esforço verdadeiro de reflexão crítica e não acompanha estas premissas ultra-objetivistas. Concorde que o capitalismo não conseguiu superar suas tendências à crise cíclica e, inclusive, avalia, acompanhando Mézaros, que a crise se tornou crônica:

o que caracteriza nossos dias é a conjunção de dois longos processos históricos. Por um lado, e certamente o predominante, é a crise estrutural do capital que se anunciou a partir do final da II Guerra Mundial e que, desde 1970, converteu a vida cotidiana no *continuum* de crise que se estende a todos complexos sociais dos nossos dias. O segundo processo histórico é a absorção da classe operária à ideologia (no sentido mais amplo, de concepção de mundo) burguesa, em medida muito significativa devido ao predomínio do stalinismo e da social-democracia no seio das organizações operárias. (LESSA, 2006, p. 153-154.)

Diagnosticar uma crise de longuíssima duração e, ao mesmo tempo, concluir que as condições objetivas para a revolução ficaram piores não é muito coerente. A fórmula de um período histórico contrarrevolucionário, associada à idéia de uma etapa de crise estrutural parece, pelo menos, estranha, senão contraditória. Se o

período é contrarrevolucionário não haveria porque duvidar da capacidade do capitalismo de superar sua crise, como aliás, aconteceu no passado, diante de derrotas. A crise é crônica, mas não deve ser compreendida como sem saída. Precipitará catástrofes, mas o desenlace final dependerá da capacidade revolucionária do proletariado. O capitalismo amplia os seus limites históricos – evitaremos a fórmula dos limites absolutos da acumulação de capital – se a revolução não triunfar porque descarrega sobre as outras classes os custos de sua perpetuação.

Todos os marxistas sempre concordaram que a hora das crises econômicas é o momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo. Se a crise do capital é mais do que uma sucessão de crises cíclicas tradicionais, se ela é uma crise estrutural, então o sistema estaria mais frágil. Os sacrifícios que ele terá que descarregar, necessariamente, sobre os trabalhadores para superar a crise serão mais severos, e é razoável prever que sua estabilidade política será menor.

A perspectiva de novos Outubros

Estamos, portanto, diante de um imbróglio: afinal, aconteceram ou não revoluções operárias e populares anticapitalistas, depois da revolução russa? Ou, formulando o mesmo problema de outra forma, as revoluções que ocorreram, mesmo se derrotadas, mesmo tendo sido Fevereiro (ou Outubros abortados), como na Nicarágua e El Salvador, entre 1979 e 1983, ou mesmo no Irã em 1979, e na Bolívia em 1985, merecem ser consideradas como revoluções ou não?

Estamos, todavia, de acordo com Lessa quando afirma que o predomínio da liderança da socialdemocracia e do stalinismo explicaria a influência da ideologia burguesa – ainda que seja uma fórmula, excessivamente, ideológica – sobre os trabalhadores. A oscilação da consciência de classe é um processo que expressa as

variações da luta de classes, ou seja, o impacto dos grandes acontecimentos sobre a percepção média que os trabalhadores têm dos seus interesses. Mas, ela depende, também, da luta política entre as diferentes correntes que aspiram à representação de classe. A consciência de classe avança ou recua em função da presença ou ausência das tendências revolucionárias. Os trabalhadores não podem viver, portanto, em estado de alienação absoluta, porque a vida social ensina, a pressão da exploração é constante e impõe com crueldade lições inescapáveis. A fórmula do domínio da concepção burguesa é um pouco exagerado, e até demasiado pessimista em relação ao trabalhador médio. A realidade é mais conflitiva, mais contraditória. O impulso igualitarista e a necessidade – e mesmo a superioridade – do coletivismo – renasce da experiência prática de milhões de operários todos os dias.

No entanto, Lessa avança e conclui que não estaríamos em uma época revolucionária porque o proletariado teria perdido a disposição de luta que teve no passado, o que parece um pouco paradoxal, porque esse argumento não explicaria porque revoluções foram derrotadas, mas porque não teriam acontecido. A liderança do stalinismo e da social democracia explica porque revoluções foram derrotadas, ou seja, porque os muitos fevereiros não foram ante-sala de novos Outubros.

Mas esta liderança nunca foi suficiente para impedir que se abrissem situações revolucionárias. Nenhum aparelho político, nem o stalinismo, foi tão poderoso assim na história. Assim como líderes sindicais podem atrapalhar a preparação de greves, mas não podem impedir indefinidamente que elas ocorram, nem mesmo os mais influentes partidos – como foram os partidos comunistas em vários países chaves depois de 1945, como na França, Itália, Espanha e Portugal, além de Chile, Uruguai e o próprio Brasil – podem impedir que situações revolucionárias tenham lugar: podem atrasá-las, podem procurar contê-las, podem traí-las. Mas, não podem mais do que isso. A luta de classes abre o caminho para

a transformação histórica. No século que se inicia, o stalinismo não mantém mais as posições que teve no passado. Novos Outubros virão, se formos capazes de reorganizar os marxistas revolucionários. Estaremos ombro a ombro com Sergio Lessa nesse desafio.

Referências bibliográficas

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2003.

LESSA, Sérgio. Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade. *Outubro*, São Paulo, n. 16, p. 145-173, 2007.